

27 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Teto salarial de servidores pode aumentar 22%

Comissões da Câmara já aprovaram projeto que aumenta remuneração máxima de R\$ 29,4 mil para R\$ 35,9 mil

CURITIBA

Angieli Maros

■ O salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República pode ficar 22% maior a partir de janeiro do ano que vem, aumentando de R\$ 29,4 mil para R\$ 35,9 mil. O reajuste foi aprovado ontem pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Casa já havia dado parecer favorável aos novos salários que, usados como teto salarial do funcionalismo público, devem gerar um efeito cascata e ampliar os custos da União.

Ao mesmo tempo em que discute a elevação do teto, a Câmara voltou atrás e manteve o pagamento de valores acima do máximo previsto para um grupo de funcionários do Legislativo. A liberação dos chamados supersalários, no dia 14, ocorreu por causa de ação interna movida pela Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento da Câmara (Aslegis).

A Câmara diz não ter uma lista dos funcionários que ganham acima do teto, mas informou que “extras” dos supersalários geram um custo de R\$ 7,1 milhões por mês. No ano passado, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) mandou interromper os pagamentos dos valores elevados, estimava-se que 1,1 mil servidores recebiam salários irregulares. O mesmo estudo do TCU apontou outros 464 funcionários com rendimentos acima do teto no Senado, que estipulou o corte dos pagamentos em junho.

Teto de vidro

Manobras como a dos funcionários da Câmara, que buscam brechas jurídicas para garantir pagamentos ilegais, expõem a fragilidade do teto do funcionalismo. Para o professor de Direito Constitucional da PUC-SP Pedro Serrano, o que deveria prevalecer é a moralidade. “Esses salários deveriam ser cortados imediatamente, só pelo fato da decisão em si. Isso envolve o princípio da moralidade, que obriga a tomada de medidas imediatas”, afirma.

No entendimento de Serrano, contudo, nem sempre existe inconstitucionalidade em formas extras de remuneração. Para ele, benefícios concedidos para profissionais de níveis superiores, como o auxílio-moradia, servem para recompor as sub-remunerações. “Há uma distorção hoje de salário, e os juízes, por exemplo, acabam ganhando

bem menos do que deveriam ganhar no nível de qualidade que eles têm. Muitas vezes essas remunerações paralelas são formas de tentar corrigir esse problema”, diz. “O certo é um teto para cada um dos três poderes e não um teto único”.

O cientista político e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Elve Cenci diz que o teto dos servidores já esteve em piores condições. Para ele, o avanço na transparência tem gerado cada vez mais controle por parte da sociedade, o que faz com que grandes “desvios” salariais se tornem mais difíceis.

Para Cenci, se não houvesse um teto, os pagamentos poderiam atingir valores muito maiores. Ele argumenta que, embora necessário para alguns cargos, os benefícios não são a regra do funcionalismo. “Essa concessões produzem efeito cascata e, quando um órgão consegue, logo outro órgão vai tentar também. Mas é importante deixar claro que isso não representa uma característica da maioria do funcionalismo.”

CONTINUA

27 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DINHEIRO EXTRA

A expansão de auxílios-moradias e supersalários são as principais práticas que driblam o teto máximo do funcionalismo público no Brasil. Veja o que está em jogo nos principais órgãos:

	Situação	Custo	Quem ganha ou pode ganhar
Câmara dos Deputados	Supersalários continuam a ser pagos. Eles só serão cortados quando a decisão do STF que determina os cortes seja publicada.	Segundo a assessoria de imprensa da Câmara, os "extras" dos supersalários geram um custo de R\$ 7,1 milhões ao mês.	A Câmara não repassa o número de funcionários com supersalários. No ano passado, quando o TCU mandou interromper o pagamento dos supersalários, estimava-se que eram 1,1 mil servidores.
Senado Federal	Supersalários deixaram de ser pagos em junho, por determinação do presidente do Senado, Renan Calheiros.	R\$ 788 milhões foram gastos pelo Senado com pagamentos irregulares entre 2009 e 2013.	Auditoria do Tribunal de Contas julgada no ano passado chegou a identificar 464 funcionários com rendimentos acima do teto salarial na Casa.
Judiciário e Ministério Público	Juízes, promotores e procuradores tiveram garantido o benefício do auxílio-moradia (R\$ 4,4 mil mensais) em outubro. Uma PEC pretende promover acréscimo equivalente a 5% do salário a cada cinco anos de atividade.	Somente os auxílios-moradia geram um custo de R\$ 125,5 milhões por mês.	Os atuais 12.262 integrantes do Ministério Público e 16.429 juízes do país.
Defensoria Pública	Membros da Defensoria Pública da União passaram a ter direito a verba do auxílio-moradia de até R\$ 4,3 mil por mês. Os defensores públicos estaduais também querem ter o mesmo direito.	Caso todos os defensores dos estados recebam o benefício, o custo mensal aos cofres públicos será de R\$ 22,9 milhões.	Há cerca de 5,2 mil defensores públicos estaduais no Brasil atualmente.

Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo.

27 NOV 2014

GAZETA DO POVO

MP investiga juiz que processou agente

Órgão do estado do Rio instaurou inquérito na última terça-feira para apurar denúncias de improbidade administrativa contra o magistrado

RIO DE JANEIRO

Estadão Conteúdo

O Ministério Público do Estado do Rio instaurou inquérito civil público na terça-feira, 25, para investigar o juiz João Carlos de Souza Correa sob acusação de improbidade administrativa. Em fevereiro de 2011, Correa foi flagrado em uma blitz da Lei Seca no Leblon, zona sul do Rio, dirigindo um jipe Land Rover sem placa, sem documentos e sem habilitação.

Na ocasião, ele se apresentou como "autoridade" e deu voz de prisão à agente de trânsito que o havia advertido e determinado a apreensão do carro, depois de comentar que "juiz não é Deus". Três anos e oito meses depois, a agente de trânsito Luciana Tamburini foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 5 mil a Correa sob a alegação de que teria agido com "abuso de poder" - no último dia 12, a decisão foi confirmada em segunda instância pela 14.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio.

A investigação do Ministério Público, vai apurar os indícios de improbidade administrativa de "todos os servidores que atuaram de forma a viabilizar os registros das terras em uma área de 5,6 milhões de metros quadrados, em Búzios no litoral norte do Estado".

Correa atuou no município de 2004 a 2012. Ele é investigado por ter concedido a um advogado a propriedade de uma área que corresponde a 8% do território de Búzios e inclui ruas, praças, escolas, postos de saúde, um hospital e centenas de imóveis particulares. O objetivo é analisar possível fraude ao sistema de registros imobiliários da comarca.

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Rio informou que Correa não vai se manifestar sobre o caso.

27 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Governo do Paraná

adia pagamento e parcela férias do funcionalismo

125 MIL SERVIDORES

Para economizar, o abono de quem tirar férias em dezembro e janeiro será pago em três parcelas, em 2015

Rogério Waldrigues Galindo

O governo do Paraná determinou que o pagamento do terço de férias de todos os funcionários da administração direta que tirarem férias em dezembro e janeiro seja pago apenas no ano que vem e em três parcelas. A administração de Beto Richa (PSDB) admite que isso se deve a problemas de caixa e também à necessidade de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora o atual governador tenha sido reeleito, e não haja necessidade de transmissão de cargo em janeiro, a lei exige que o caixa do estado esteja em dia no último dia do atual mandato.

De acordo com a Secretaria Estadual da Administração, responsável pela gestão de pessoal do governo, a medida foi tomada para garantir o pagamento do salário mensal dos funcionários e do 13.º. A opção também teria sido um modo de garantir que os servidores pudessem manter as férias

estaduais, pelo menos, devem ser afetados pela decisão do governo de adiar o pagamento e parcelar o abono de férias. Segundo o estado, 25 mil serão afetados já em dezembro, gerando uma economia de R\$ 14 milhões. Outros 100 mil são professores da rede estadual, que tiram férias em janeiro. Todos receberão o terço de férias parcelado em três vezes.

no período, em vez de determinar que elas fossem adiadas para 2015.

A determinação do adiamento do pagamento foi tomada pelo Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado no último dia 20, mas só ontem se tornou pública. A decisão foi comunicada para os grupos de recursos humanos de cada secretaria. São afetadas todas as secretarias — ficam de fora da medida os órgãos que não compartilham do caixa geral do estado, como as autarquias e as empresas públicas. O governo estima que haja 160 mil funcionários na ativa na administração direta hoje.

Os funcionários que vão tirar férias em dezembro deveriam receber nos próximos dias o terço adicional. No entanto, a folha foi gerada sem esse pagamento. Em dezembro, segundo o governo do estado, serão afetados 25 mil servidores, gerando uma economia de R\$ 14 milhões. A Secretaria

de Administração não soube informar quantos servidores tirarão férias em janeiro — eles deveriam receber o terço na folha de dezembro. Todos receberão o pagamento em três vezes: janeiro, fevereiro e março.

A medida deve afetar praticamente todos os professores da rede pública de ensino, que tiram férias em janeiro, após o encerramento do ano letivo. Há cerca de 100 mil professores na rede estadual de ensino.

Justiça

Os sindicatos do funcionalismo informaram ontem que pretendem entrar na Justiça para garantir que o pagamento seja feito ainda neste ano. “A lei exige que o pagamento do terço de férias seja feito no momento em que o trabalhador vai usufruir delas, e não depois”, afirmou Marlei Fernandes, integrante da coordenação do Fórum das Entidades Sindicais.

Os sindicalistas também pretendem adotar medidas políticas, procurando o governo para negociar e para protestar contra a decisão.

27 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Richa pede “cheque em branco” para gastar R\$ 7,3 bilhões em 2015

Governo estadual quer autorização da Assembleia para remanejar livremente até 15% do orçamento. Estado também pretende tirar R\$ 90 milhões da Defensoria Pública

Chico Marés

O governador Beto Richa (PSDB) apresentou ontem duas emendas ao substitutivo geral do orçamento de 2015 em tramitação na Assembleia. Uma delas permite que o governo remaneje até 15% de sua receita sem precisar consultar o Legislativo — pelo texto aprovado na Comissão de Orçamento, esse montante é de 5%. O percentual de 15% corresponde a R\$ 7,3 bilhões. Outra emenda autoriza o governo a repassar até R\$ 90 milhões do orçamento da Defensoria Pública para a Secretaria da Fazenda. Na prática, isso permite que mais da metade do orçamento do órgão para 2015, de R\$ 140 milhões, seja utilizado em outras despesas.

O substitutivo à proposta orçamentária, já aprovado pela Comissão de Orçamento da Assembleia, prevê que 5%

da receita do estado seja remanejado pelo governo sem necessidade de consultar os deputados. Desde 2007, o orçamento estadual autoriza um remanejamento nesse patamar — a única exceção foi em 2011, quando o governo pode remanejar 7%.

Já o valor previsto para a Defensoria Pública em 2015 é de R\$ 140 milhões, acima dos R\$ 49 milhões orçados para 2014 — dos quais R\$ 38 milhões foram executados.

Líder do governo, o deputado Ademar Traiano (PSDB) considera que 15% não é um percentual exageradamente alto para mudanças no orçamento. Ele disse que, no passado, durante a gestão de Jaime Lerner, o patamar chegava a 20%. Nos orçamentos disponíveis no site do governo do estado, a partir de 2004, o percentual mais alto permitido foi de 15%, em 2005.

Sobra a Defensoria, Traiano considera que o órgão não teria estrutura para gastar R\$ 140 milhões. “Se a Defensoria não executou R\$ 40 milhões em 2014, não há motivo para ter um orçamento de R\$ 140 milhões.”

Relator do orçamento na Assembleia, o deputado Élio Rusch (DEM) disse ainda não ter recebido o texto das emendas. Ele afirmou, entretanto, que antes de avaliar o teor, é necessário avaliar a le-

galidade. “A comissão já concluiu seu trabalho [de relatório do orçamento]. Temos verificar se ainda é possível apresentar emendas ao texto.”

Críticas

Já o líder do PT na Assembleia, Tadeu Veneri, entende que as emendas não podem ser votadas, pois a Constituição Federal não permite a apresentação de emendas ao orçamento após o encerramento do trâmite nas comissões. Para ele, a apresentação dessas mudanças depois do prazo regimental demonstra que o governo está “sem planejamento”. “Primeiro o governo manda a peça orçamentária, depois descobre que precisa ser alterada em mais de R\$ 5 bilhões. É, no mínimo, inusitado.”

Veneri avalia que a emenda dos 15% permite que o governo gaste indiscriminadamente quase todo o orçamento disponível — considerando que a maior parte dele já está comprometido com despesas obrigatórias. “É muito preocupante”, critica.

CONTINUA

27 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

EFEITOS

Corte de verba pode fechar unidades da Defensoria Pública

Laura Beal Bordin

CONTINUAÇÃO

Já a possibilidade de corte no orçamento da Defensoria, para o petista, significa que o órgão permanecerá com problemas de estrutura em 2015. Veneri entende que, com um orçamento reduzido, o órgão não terá como contratar mais funcionários e expandir sua atuação.

A reportagem procurou a Secretaria Estadual da Fazenda, mas foi informada que não haveria comentários sobre as emendas.

! A transferência de R\$ 90 milhões do orçamento da Defensoria Pública do Paraná em 2015 poderá até mesmo fechar algumas unidades do órgão no interior, segundo avaliação do órgão. O projeto preliminar do orçamento previa R\$ 140 milhões para a Defensoria. "O planejamento para o próximo ano já havia sido feito com esses recursos e será inviável caso seja mudado. Se isso se concretizar, provavelmente teremos que fechar unidades da Defensoria", afirma a defensora-geral, Josiane Fruet Betini Lupion. Com a manobra, a verba do órgão passaria para R\$ 50 milhões, quase o mesmo valor orçado em 2014 – que de R\$ 47 milhões. Até este mês, R\$ 37 milhões do orçamento da Defensoria foi executado, segundo informações do Portal da Transparência do governo do estado.

Concurso comprometido

O concurso para a Defensoria, que previa a contratação de 129 defensores, também ficará comprometido. Hoje, 78 defensores públicos atuam no estado, quando o número deveria estar acima dos 800 para atender à população com renda de até três salários mínimos. Começando em 2015, a Defensoria pretendia, em até oito anos, ter um defensor público em cada uma das 161 comarcas do estado, o que não será possível com o corte no orçamento. Para a defensora-geral, a forma com que o remanejamento foi solicitado não é correta. "Esperamos que o governador revise o pedido. Quem perderá com isso é a população mais pobre", afirmou Josiane.

27 NOV 2014

GAZETA DO POVO

NOTA POLITICA

Governo do Paraná paga por helicóptero parado



O Tribunal de Contas (TC) do Paraná sugeriu a aprovação com ressalvas das contas da Casa Militar do governo **Beto Richa (PSDB, foto)** referentes a 2013. A decisão foi tomada na sessão do dia 13 deste mês pelo plenário do tribunal. Um dos problemas encontrados pelo TC foi o pagamento de um helicóptero sem que ele fosse usado. O contrato da Casa Militar com a empresa Helisul prevê o mínimo de uso de 40 horas mensais. Como nem sempre isso é atingido, o governo paga sem usar. Em 2013, isso custou aos cofres públicos, segundo o TC, R\$ 291 mil. A Casa Militar teria informado ao tribunal que reveria a cláusula do contrato. Mas, segundo o TC, o contrato teria sido renovado da mesma maneira em 2014. O tribunal também pede que o governo mantenha um registro preciso dos voos e dos passageiros. O governo do estado afirma que é normal que as empresas exijam um número mínimo de horas de voo e que, se o número diminuir, o preço por hora sobe.

27 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Ex-diretor da Petrobras ligado ao PT tem mais R\$ 677 mil bloqueados

O ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato de Souza Duque teve mais R\$ 677 mil bloqueados pela Justiça Federal. Ele é um dos investigados na Operação Lava Jato, que apura cartel, corrupção e pagamento de propina nas obras da estatal.

Ligado ao PT e ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT-SP), Duque já teve R\$ 3 milhões bloqueados por determinação do juiz federal Sérgio Moro em outros bancos. Com os novos arrestos, chega a quase R\$ 100 milhões o total recolhido das contas de 14 executivos das maiores empreiteiras do país, de Duque e do suposto operador do PMDB Antonio Falcão Soares, mais conhecido como Fernando Baiano. Eles estão presos em Curitiba. O valor bloqueado aumentou por causa da busca nas contas de investimentos dos acusados. Ontem, o Banco Itaú apresentou os valores encontrados na terça-feira. A defesa do vice-presidente da Camargo Corrêa, Eduardo Hermelino Leite, pediu o desbloqueio de R\$ 463 mil de três contas. O criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, que defende Leite, argumentou que o dinheiro nas contas serve para sustentar a mulher e duas filhas. Moro pediu o bloqueio das contas de 19 alvos da sétima etapa da Lava Jato. Do núcleo empresarial do esquema, são 14 executivos de Camargo Corrêa, OAS, Mendes Júnior, Engevix, Galvão Engenharia, Queiroz Galvão e UTC. Estão na lista o ex-diretor de Serviços, Fernando Baiano e três empresas ligadas a eles, a Technis Planejamento e Gestão em Negócios, Hawk Eyes Administração de Bens Ltda. e a DT3M Consultoria e Participações Ltda.

Organizadores de evento com 3 mortes em 2003 vão a júri nesta quinta-feira

Começa hoje, em Curitiba, o julgamento dos dois organizadores do evento no Jockey Club de Curitiba que resultou na morte de três pessoas em 31 de maio de 2003. O evento no qual ocorreram as mortes foi o festival de música "Unidos pela Paz". O júri ocorre 11 anos e seis meses após as mortes e tem previsão para durar quatro dias. Ao menos 40 pessoas ficaram feridas na ocasião, sendo 12 delas em estado grave. Tudo aconteceu durante um tumulto na fila para a entrada após o início da apresentação da banda Raimundos, por volta das 22 horas. Pessoas que estavam no lado de fora pressionaram a entrada.

GAZETA DO POVO

O futuro das empreiteiras

27 NOV 2014

As descobertas da Operação Lava Jato, se confirmadas, oferecem ao país uma oportunidade ímpar de promover uma limpeza geral nessa área

O desfecho das investigações da Operação Lava Jato, que busca desvendar os detalhes de um bilionário esquema de propinas na Petrobras, terá impacto não apenas sobre a estatal e os políticos e executivos envolvidos, mas sobre inúmeras obras de infraestrutura que estão sendo realizadas em todo o país. Isso porque muitas delas estão nas mãos das nove grandes empreiteiras sob a lupa da Polícia Federal. Para se ter uma ideia do que está em jogo, as empresas são responsáveis por aeroportos, hidrelétricas, linhas de metrô, estradas e ferrovias, além das obras da própria Petrobras. A relação dessas empresas com o poder público, no presente e no futuro, é um tema delicado e que pede discernimento e ações guiadas pelo bem maior do país, sem análises levianas.

Em condições normais, se for comprovada a responsabilidade das empresas, seja por condenação judicial, seja após processo administrativo, o caminho é claro: elas teriam de ser declaradas inidôneas, sofrendo a penalidade mais grave entre as previstas no artigo 87 da Lei de Licitações (8.666/93). No caso das envolvidas na Lava Jato, o Ministério Público de Contas já se antecipou e, na sexta-feira passada, protocolou pedido para que todas as nove empreiteiras sejam declaradas inidôneas. É mais que evidente que uma empresa inidônea não pode mais fechar nenhum negócio com o poder público, nem se candidatar em novas licitações; a questão que permanece é o destino das demais obras já contratadas e em andamento — inclusive aquelas em cujos contratos foram detectadas fraudes.

O próprio senso comum recomendaria romper toda relação contratual entre a administração pública e uma empresa inidônea. Qualquer pessoa, depois de ter sido lesada no passado, pensaria muitas vezes antes de seguir fazendo negócios com o indivíduo ou a empresa que tenham sido responsáveis pelo dano. E, quando se considera que é o dinheiro do contribuinte que está em jogo, a manutenção de contratos com empresas inidôneas chega a ser inclusive imoral. No entanto, há diversos outros aspectos a ponderar.

O primeiro deles é de natureza jurídica. Como escreveu ontem o advogado e professor Rodrigo Pironti em artigo na *Gazeta do Povo*, “a Lei de Licitações impõe que sejam mantidas, durante todo o contrato, as condições que habilitaram a empresa a contratar com o poder público”, condições essas que incluem o caráter idôneo da empresa. No entanto, a jurisprudência tende a garantir os contratos já firmados. “A declaração de inidoneidade ‘só produz efeito para o futuro (efeito *ex nunc*), sem interferir nos contratos já existentes e em andamento’”. Afirma-se, com isso, que o efeito da sanção inibe a empresa de ‘licitar ou contratar com a Administração Pública’ (Lei 8.666/93, art. 87), sem, no entanto, acarretar, automaticamente, a rescisão de contratos administrativos já aperfeiçoados juridicamente e em curso de execução”, escreveu, em 2009, o então ministro do Superior Tribunal de Justiça (e hoje ministro do STF) Teori Zavascki. No ano seguinte, o Tribunal de Contas da União reforçou esse entendimento.

O segundo aspecto envolve o princípio da proporcionalidade. Circunstâncias excepcionais justificam que não se paralise uma obra por rompimento de contrato, e há duas condições que precisam existir simultaneamente para a manutenção da relação: se não houvesse nenhuma outra companhia “ficha-limpa” que pudesse realizar a obra de maneira satisfatória; e se os prejuízos com a interrupção superassem em muito os eventuais benefícios (inclusive morais) de uma rescisão e nova licitação. Apenas com essas duas condições satisfeitas, seria permissível a manutenção da relação de trabalho, e ainda assim após uma análise criteriosa e transparente, com explicações claras e convincentes à sociedade, especialmente se o caso em questão fosse de alguma obra em cujo contrato houve irregularidades.

As descobertas da Operação Lava Jato, se confirmadas, oferecem ao país uma oportunidade ímpar de promover uma limpeza geral nessa área, e por isso consideramos que vale a pena ser mais rigoroso. O próprio Zavascki, na decisão que citamos, oferece uma saída: “A ausência do efeito rescisório automático não compromete nem restringe a faculdade que têm as entidades da administração pública de, no âmbito da sua esfera autônoma de atuação, promover medidas administrativas específicas para rescindir os contratos, nos casos autorizados e observadas as formalidades estabelecidas”. Que isso seja feito com rigor, mas também com cuidado e critério para evitar que rescisões mal feitas ou precipitadas gerem grandes prejuízos ou questionamentos jurídicos posteriores. Inaceitável é desperdiçar essa ocasião de combater a corrupção. Não se pode usar o argumento de que “o país vai parar” para consagrar a noção de que no Brasil há empresas “grandes demais para punir”.

FOLHA DE LONDRINA

Mulheres em perigo

Diante dos números elevados de casos de violência de gênero, a data de 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, deveria receber tanta atenção quanto o 8 de março, quando se comemora as conquistas do sexo feminino. O século é 21, mas as denúncias remetem à Idade Média. No último final de semana, um casal de Curitiba foi preso por manter duas jovens em cárcere privado. Uma moça de 20 anos e uma adolescente de 15 anos trabalhavam em atividades domésticas sem remuneração e há suspeita que sofriam abuso sexual. As duas ganharam a liberdade porque o casal saiu de casa, no bairro Atuba, e esqueceu as chaves em local acessível. As mulheres pediram ajuda para os vizinhos que as socorreram e chamaram a polícia.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), uma em cada três mulheres no mundo já sofreu violência física ou sexual. Cerca de 120 milhões de meninas já foram submetidas a sexo forçado e 133 milhões de mulheres e meninas sofreram mutilação genital. Muitos pensam que são casos distantes e que acontecem principalmente no Oriente Médio ou na África. Mas isso não é verdade. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2013, foram registrados 50,3 mil estupros no País, uma média de quase seis a cada hora, um a cada 10 minutos. No relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, feito pelo Congresso Nacional, o Paraná foi apontado como o terceiro Estado mais violento com relação a homicídio de mulheres, com uma taxa de 6,3 mortes a cada 100 mil mulheres. A média nacional ficou em 4,4 homicídios.

O número é realmente alto e a situação precisa ser combatida. A solução para um problema tão sério passa pelo acesso das mulheres à educação, à informação e ao mercado de trabalho. A diminuição desses índices também pede um melhor preparo da polícia no recebimento e na investigação das denúncias. A violência de gênero não pode continuar invisível aos olhos das autoridades e da sociedade, que acabam tratando o crime como algo restrito ao ambiente familiar.

27 NOV 2014

27 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Emenda à LOA 'retira' R\$ 90 mi da Defensoria Dos R\$ 140 milhões previstos, órgão ficaria com somente R\$ 50 milhões

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O governador Beto Richa (PSDB) encaminhou ontem à Assembleia Legislativa (AL) duas subemendas à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. Uma delas autoriza o Executivo a repassar à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) até R\$ 90 milhões do montante que seria destinado à Defensoria Pública. Com isso, ao invés de receber os R\$ 140 milhões inicialmente previstos, a entidade ficaria com R\$ 50 milhões. A outra mensagem aumenta de 5% para 15% o percentual da receita que pode ser remanejado sem consulta prévia à AL. Este valor corresponde a R\$ 7,3 bilhões.

Beto argumenta ser preciso ajustar o orçamento do Estado "frente às necessidades dos órgãos que compõem as funções de acesso à Justiça", bem como "ampliar a autorização para abertura de créditos suplementares

pelo Poder Executivo". Em nenhuma das proposições, contudo, ele detalha o porquê de sugerir as alterações, nem especifica onde o dinheiro seria aplicado. A assessoria de imprensa do Palácio Iguazu informou que deve aguardar a manifestação do Legislativo antes de se posicionar a respeito.

O líder do governo, Aedemar Traiano (PSDB), citou que em 2014 a Defensoria teve uma previsão de R\$ 49 milhões, dos quais pouco mais de R\$ 38,7 milhões foram executados. Segundo ele, não haveria, portanto, motivos para o órgão dispor de R\$ 140 milhões. Ele também falou que não consideraria 15% um valor "exageradamente alto" para mudanças no orçamento. Durante a gestão do ex-governador Jaime Lerner, o percentual chegou a ser de 20%.

Relator da LOA e vice-líder do governo na AL, Elio Rusch (DEM) pontuou que possui dúvidas quanto à legalidade da tramitação das

mensagens, já que os trabalhos da Comissão de Orçamento foram concluídos, com a entrega do substitutivo ao presidente Valdir Rossoni (PSDB). "Geralmente, é possível enviar emendas a qualquer momento antes de o projeto ir para votação. Agora, o orçamento tem um encaminhamento diferente. Temos de verificar se é permitido alterar o texto." Em relação à suplementação, ele disse que deve dar uma "elasticidade" maior para o governo remanejar recursos de uma rubrica para outra.

Já o líder do PT, Tadeu Veneri, lembrou que a Defensoria enfrentou dificuldades em 2014, atrasando a nomeação de servidores, justamente devido aos limites financeiros. "As pessoas que fizeram concurso público não assumiram até agora porque, segundo a Secretaria da Fazenda, não há recursos para contratá-las. O orçamento (de R\$ 50 milhões) é totalmente incompetível com as necessidades", afirmou, acrescentando que existem, hoje, 630 pedidos de nomeação pendentes.

CONTINUA

27 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Em relação à suplementação do orçamento, o petista observou que é uma “demonstração explícita da falta de controle das contas públicas. “E com um agravante: a comissão já concluiu seus trabalhos. Se o governo descumprir o prazo, então qualquer deputado pode voltar a apresentar emendas. Seria uma desmoralização da Assembleia”, criticou. A FOLHA também tentou contato com a defensora pública-geral, Josiane Fruet Lupion, entretanto, ela informou, via assessoria de imprensa, que só faria comentários após ter acesso aos textos dos projetos.

27 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Investigados têm R\$ 108 mi bloqueados

valores de suposta propina na Petrobras
serão depositados em contas judiciais e
poderão ser devolvidos aos cofres públicos

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – Até a tarde de ontem o montante bloqueado em contas correntes, contas poupanças, previdência privada, aplicações e fundos de investimento dos investigados e de pelo menos três empresas ligadas a eles, na sétima fase da Operação Lava Jato, que apura um megaesquema de lavagem de dinheiro e desvios de recursos públicos para pagamento de propina a agentes públicos e políticos, ultrapassou os R\$ 100 milhões. Ao todo, os documentos que as instituições financeiras entregaram à Justiça Federal do Paraná indicam que estes recursos já somam R\$ 108,2 milhões.

Os valores devem ser depositados em contas judiciais e poderão ser devolvidos aos cofres públicos, se o desvio de dinheiro da Petrobras ficar comprovado. Os últimos valores informados à Justiça foram encaminhados ontem pelos bancos Itaú e Tokyo Mitsubishi. Segundo as instituições financeiras, foram verificados valores de R\$ 12,5 milhões em contas dos dois

bancos. A maior quantia, R\$ 10,2 milhões são referentes a bloqueios efetuados pelo Itaú e outros R\$ 2,3 milhões pelo banco Tokyo Mitsubishi.

O valor mais alto bloqueado pertence a Erton Medeiros Fonseca, diretor da Galvão Engenharia. Suas contas e investimentos no Itaú totalizaram R\$ 7,7 milhões. Os R\$ 2,5 milhões restantes na instituição financeira foram bloqueados das contas de Sérgio Cunha Mendes, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Gerson de Mello Almada, Ildfonso Colares Filho e Renato de Souza Duque, o ex-diretor da área de Serviços da Petrobras. Os R\$ 2,3 milhões bloqueados no banco Tokyo Mitsubishi pertencem a Gerson de Mello Almada, vice-presidente da Engevix Engenharia.

Do total do montante já bloqueado, cerca de R\$ 32,4 milhões já haviam sido depositados em uma conta da Justiça Federal até a última segunda-feira. As guias de depósitos judiciais foram anexadas ao processo na terça-feira.

VISITAS

O dia de ontem foi tranquilo na sede da Polícia Federal, em Curitiba, e ao menos 11 dos 13 detidos na Lava Jato receberam visitas de familiares. Conforme a PF, o único contato que os parentes têm com os presos é visual, e eles se comunicam por meio de um parlatório (espaço dividido por um painel de vidro onde os detentos podem falar com suas visitas utilizando telefones).

Pela manhã, o advogado Celso Villardi, que defende os executivos Dalton Avancini e João Ricardo Auler, da Camargo Córrea, informou que vai solicitar à PF que seus clientes sejam ouvidos novamente porque nos primeiros depoimentos eles se mantiveram em silêncio.

No final da tarde, apenas um incidente. A esposa de um dos funcionários da OAS, José Ricardo Nogueira Breghirolli, ao sair da visita, se irritou com jornalistas e disparou uma série de ofensas além de fazer gestos obscenos para os cinegrafistas. Ela chamou os profissionais de “urubus” e avisou: “Se estudassem, não eram jornalistas, seus fracassados”.

27 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Folclore

Repete-se com o juiz federal Sérgio Moro o que se dava com o ministro Joaquim Barbosa em nível nacional: uma preocupação persistente em desqualificar seus procedimentos por parte dos advogados dos envolvidos. Ele já tem em sua bagagem o caso Banestado CC5, um desvio de bilhões, e agora a devassa no propinoduto da Petrobras, o maior escândalo da história pública brasileira.

Mais contido que o ex-presidente do STF, mas igualmente detestado.

27 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

'Ladra gata' é presa em padaria no Vale do Ivaí

condenada, mulher de 27 anos é bacharel em Direito e responde por crimes de furto e roubo



Fabiana Sporh Godk se tornou conhecida por furtar um veículo zero quilômetro de uma concessionária de Curitiba ao fazer um test drive

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

São João do Ivaí – Um trabalho conjunto entre policiais civis de Apucarana (Centro-Norte) e de Curitiba resultou na prisão de Fabiana Sporh Godk, de 27 anos, em São João do Ivaí (Vale do Ivaí), na tarde de terça-feira. A "Ladra Gata" ou "Musa do Test Drive", como Fabiana é conhecida, estava foragida da Justiça e responde pelos crimes de furto e roubo na capital.

Loira, bonita, bacharel em Direito e bem articulada, Fabiana tem uma extensa ficha criminal. Ela era considerada foragida da Justiça desde o último dia 11, quando foi emitido um mandado de prisão pela Vara de Execuções Penais de Curitiba contra ela pela condenação a 4,8 anos

de detenção pelos crimes de estelionato e porte ilegal de arma, cometidos entre 2007 e 2009.

"Tínhamos a informação que após a condenação ela saiu de Curitiba e na segunda-feira chegou a São João do Ivaí. Repassamos as informações aos policiais de Apucarana, que conseguiram localizá-la", informou o delegado do 8º Distrito Policial de Curitiba, Renato Figueiroa. A localização se deu através do rastreamento do telefone celular.

A prisão de Fabiana foi realizada quando ela estava em uma padaria e foi reconhecida pelos policiais. "Ela não portava documentos e negou que fosse ela a procurada. Mas, como tínhamos várias fotos dela, não tivemos dúvidas. E na delegacia confirmamos sua identidade", relatou

o delegado chefe da 17ª Subdivisão Policial de Apucarana, José Aparecido Jacovós.

Fabiana alegou à polícia que estava em São João do Ivaí com o companheiro, que trabalha com compra e venda de carros. Ela também estava com a filha de apenas 6 meses. A mulher foi levada na tarde de ontem para Curitiba.

A 'Ladra Gata' se tornou conhecida em maio de 2013, quando furtou um veículo zero quilômetro de uma concessionária de Curitiba ao fazer um test drive. Durante o teste, ao chegar em uma avenida movimentada, alegando estar nervosa, ela pediu ao funcionário da revenda que assumisse a direção do carro. Quando o acompanhante desceu para passar para o lado do motorista, Fabiana acelerou e sumiu com o carro. "Descobrimos que ela tinha um carro do mesmo modelo e havia sofrido um acidente. Ela furtou o veículo da concessionária e o levou até a oficina para que as peças fossem utilizadas no conserto do seu carro", relatou Figueiroa. O veículo foi recuperado, mas sem flagrante Fabiana não foi presa. Ela responde agora na Justiça pelo furto qualificado.

CONTINUA

27 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Em outubro deste ano, Fabiana foi com a mãe até uma ótica e encomendou um óculos. Quando voltou para buscar, convenceu a vendedora a ir até o estacionamento onde sua mãe estaria aguardando dentro do carro. Fabiana, então, agrediu a funcionária e roubou o óculos. "Nestes dois crimes houve reconhecimento das vítimas e não há dúvidas quanto a autoria por parte dela", garantiu o delegado do 8º DP.

Fabiana será ouvida na tarde de hoje no inquérito que investiga o roubo na ótica. "Fabiana é daquelas pessoas que cometem um crime atrás do outro e acreditam na impunidade", frisou Figueiroa. "Ela tem um poder de argumentação e convencimento muito grande e relatou que quer seguir a carreira de advogada criminalista", contou o delegado Jacovós. A polícia não informou o contato do advogado de defesa de Fabiana.

Impeachment sim!

Em seu artigo "Impeachment não!" (Espaço Aberto, 22/11), o padre Manuel Joaquim descreve o quadro caótico que vive o País, todavia descarta definitivamente o impeachment da presidente reeleita Dilma Rousseff. Plagia o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, insinuando o terceiro turno nas eleições. Deu a entender que a presidente e o seu antecessor Lula podem gozar do privilégio da dúvida e do desconhecimento das falcatruas, o famoso "eu não sabia". Ele também sugeriu que Dilma, ao reassumir a Presidência, deveria demitir todos os envolvidos em corrupção ou se declare inapta para o cargo. Critica ainda o fato de Dilma se intitular a maior promotora das investigações de corrupção no governo.

Ora, falar em terceiro turno eleitoral é pretender desqualificar o excelente trabalho investigativo do Ministério Público e da Polícia Federal e minimizar a repercussão negativa do envolvimento dos petistas e aliados nos megaescândalos de corrupção, além tentar amordaçar a oposição no Congresso Nacional. Convenhamos, para quem, como Dilma, elogiou e agradeceu dirigentes partidários e aliados, comprovadamente corruptos, pelo apoio à sua vitória nas urnas e, três dias após reeleita, tomou medidas econômicas contrariando tudo o que havia prometido na campanha, nem uma e nem outra coisa vai acontecer. Ela não tem força política para demitir corruptos e, pelo vale tudo para permanecer no poder, não vai renunciar. Dar o benefício da dúvida do "eu não sabia" para Dilma e Lula não é irrelevante e já transbordou todos os limites da tolerância e da decência. É não querer enxergar o óbvio. E se autopromover como a "dona da investigação" é a marca registrada dos governos petistas: propaganda enganosa.

Não devemos descartar a hipótese do impeachment da presidente Dilma, mormente se a sua campanha eleitoral estiver contaminada com o dinheiro sujo do escândalo da Petrobras. Afinal, o Brasil já está parado há alguns anos. A escalada da corrupção, o aumento da criminali-

dade, a inflação fora do controle, a queda acentuada do setor produtivo, a redução conceitual do País em todos os rankings mundiais (IDH, educação, risco de negócios, etc.) mostram uma gestão temerária.

O País não vai suportar mais quatro anos de centralização teimosa e excessiva de poder, além de gestões desonestas nas empresas públicas e nos ministérios loteados entre aliados sedentos por dinheiro público. Da mesma forma que uma empresa substitui o gerente inepto, que permite a desonestidade dos subordinados, temos o dever de mudar a autoridade desidiosa. Como confiar num governante que disse "que ia fazer o diabo para ganhar a eleição" e mentiu descaradamente sobre os seus opositores?

É preciso sacudir esse País com atitudes firmes que possam despertar na população a necessidade de escolher melhor seus dirigentes. E a cassação de um mandato, quando justo e bem fundamentado, produz resultados positivos. Já tivemos prova disso na saída de Collor. É necessário e urgente alternar o poder. É preciso mostrar aos corruptos que não toleramos mais tanta banalidade. E se o substituto não agir corretamente, impeachment nele também.

A cassação de mandato de dois prefeitos em Londrina é outro bom exemplo. Vamos cassar até acertar. Se por ocasião da descoberta do mensalão tivesse ocorri-

do o impeachment de Lula, com certeza a quadrilha que já estava instalada na Petrobras não teria prosperado tanto nas suas maracutaias, ao ponto de provocar a maior desvalorização patrimonial da sua história e atrair a necessidade de auditorias internacionais, manchando nosso orgulho de brasilidade e envergonhando os brasileiros.

Democracia é assim: da mesma forma que não queremos uma ditadura militar, também não podemos aceitar um projeto que visa a perpetuação no poder, sustentado por uma ditadura da corrupção.

66

O País não vai suportar mais quatro anos de centralização teimosa e excessiva de poder

LUDINEI PICELLI

é administrador de empresas em Londrina

27 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Aprovado salário de R\$ 35,9 mil para Supremo

Reajuste significará impacto de R\$ 2,5 milhões para o STF

A proposta de aumento de quase 22% dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República, a partir de janeiro de 2015, venceram mais uma etapa na Câmara e foram aprovadas nesta quarta-feira (26) pelo terceiro colegiado a analisar a matéria. Deputados da Comissão de Finanças e Tributação foram favoráveis aos projetos de lei (PL 7.917/14 e PL 7.918/14) que ampliam de R\$ 29.462,25 para R\$ 35.919,05 o valor recebido por esses cargos que são considerados teto salarial constitucional.

Pelo texto, o aumento considera a reposição das perdas da inflação de 2009 a



O aumento aos ministros pode gerar gasto excedente de R\$ 226 milhões

2013 e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) projetado para este ano. Pelas contas apresentadas pelo STF, o reajuste significará um impacto de R\$ 2,5 milhões para a Corte e de mais de R\$ 645 milhões

para o Judiciário, já que reflete nos salários de juízes.

Para o Ministério Público, a estimativa é que o aumento gere um gasto excedente de R\$ 226 milhões, considerando os salários do procurador-geral da

República e de outros membros do MPU. A última etapa da proposta é no Senado. Mas, ainda na Câmara, os projetos de lei precisam do aval da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e do plenário da Casa. ●

27 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Deputado Marco Tebaldi é absolvido da acusação de crime de responsabilidade

Por maioria de votos, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) reformou decisão da Justiça de Santa Catarina e absolveu, o deputado federal Marco Tebaldi (PSDB-SC) da acusação de crime de responsabilidade. Segundo a denúncia, o parlamentar, quando exercia cargo de prefeito de Joinville (SC), teria cometido o crime ao nomear, em duas oportunidades, o diretor administrativo da Fundação Municipal de Vigilância de forma contrária à legislação municipal.

Segundo o Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), Marco Tebaldi incorreu em crime de responsabilidade, previsto no artigo 1º, inciso XIII, do Decreto 201/1967, pois o cargo de diretor administrativo da fundação deveria ser ocupado, sem qualquer remuneração adicional, pelo diretor de Administração e Finanças da Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville (CO-

NURB).

As nomeações ocorreram em 2003 e em 2004. O juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville julgou procedente a denúncia para condenar o réu à pena de dois anos e seis meses de detenção, em regime inicial aberto, e declarou sua inabilitação para o exercício de cargo ou função pública pelo prazo de cinco anos. Em virtude da diplomação de Marco Tebaldi como deputado federal, os autos foram remetidos ao STF para julgamento da apelação.

O relator da Ação Penal (AP) 595, ministro Luiz Fux, entendeu que a acusação não conseguiu provar que o parlamentar tinha conhecimento de que as nomeações contrariavam a lei. O ministro argumentou que as provas dos autos não deixam claro que o deputado tivesse conhecimento da ilicitude dos fatos.

O relator considerou que,

embora o desconhecimento da lei não possa ser utilizado como justificativa para a absolvição, o erro foi induzido por terceiros, pois as nomeações ocorreram com base em pareceres da Secretaria de Administração do município, da Presidência da CONURB e da Procuradoria-Geral.

O ministro apontou também a ausência de indícios de que o então prefeito houvesse agido com união de desígnios com os agentes públicos que emitiram os pareceres ou que conhecesse as pessoas que foram nomeadas e o tivesse feito com o intuito de favorecê-las.

A revisora da AP 595, ministra Rosa Weber, sustentou que, para manter a condenação do réu, seria necessário provar que ele soubesse que as nomeações contrariavam item específico da legislação municipal, pois não se pode embasar a condenação em suposições.

27 NOV 2014

BEMPARANÁ

Petrobras

Ex-diretor tem R\$ 677 mil bloqueados

O ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato de Souza Duque teve mais R\$ 677 mil bloqueados pela Justiça Federal, nos autos da Operação Lava Jato, que apura cartel, corrupção e propina nas obras da estatal. Ligado ao PT e ao ex-deputado José Dirceu (PT-SP), Duque já teve R\$ 3 milhões bloqueados por determinação do juiz federal Sérgio Moro em outros bancos. Com os novos arrestos, chega a quase R\$ 100 milhões o total recolhido das contas de 14 executivos das maiores empreiteiras do País, de Duque e do suposto operador do PMDB Antônio Falcão Soares, mais conhecido como Fernando Baiano, presos em Curitiba.

O valor bloqueado aumentou por causa da busca nas contas de investimentos dos acusados da Lava Jato. Nesta quarta-feira, o Banco Itaú apresentou os valores encontrados na terça-feira. A defesa do vice-presidente da Camargo Corrêa, Eduardo Hermelino Leite, pediu o desbloqueio de R\$ 463 mil. O criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, que defende Leite, argumentou que o dinheiro serve para sustentar a mulher e duas filhas e foi conseguido legalmente.

Moro pediu ao todo o bloqueio das contas e dos investimentos de 19 alvos dessa sétima etapa da Lava Jato, batizada de Juízo Final. Do suposto núcleo empresarial do esquema, são 14 executivos da Camargo Corrêa, OAS, Mendes Júnior, Engevix, Galvão Engenharia, Queiroz Galvão e UTC.